

Dado aberto não significa dado acessível: a próxima fronteira da transparência no setor público

Quando se fala em inovação, a conversa costuma ir direto para a tecnologia. No setor público, porém, inova quem entrega mais valor ao cidadão. A Lei de Acesso à Informação é um bom exemplo, ao institucionalizar a publicidade como regra e o sigilo como exceção. Mais do que responder a pedidos, a lei passou a prever a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitação, fortalecendo a transparência ativa.

A abertura ganhou escala depois, com a Política de Dados Abertos e com os planos em que cada órgão passou a definir o que publicaria e quando. Mais recentemente, o volume de dados no portal federal cresceu de forma expressiva, e o Brasil chegou à 8ª posição no índice de dados abertos da OCDE.

Essa trajetória também vem passando pelo desenvolvimento de capacidades dentro do próprio Estado. A Escola Nacional de Administração Pública, por exemplo, oferece diversas formações em ciência de dados e inteligência artificial, incluindo ações voltadas exclusivamente a mulheres. Esse tipo de iniciativa importa porque são as equipes dentro dos órgãos que conhecem as bases, organizam as informações e criam condições para que os dados possam ser usados de novas formas.

São conquistas reais. Mas vale uma pergunta: quem, de fato, consegue usar esses dados?

A barreira que ainda existe

Trabalho com dados na saúde pública e encontro esse problema com frequência. A informação está disponível, mas nem por isso é fácil chegar até ela. Responder a algo aparentemente simples pode exigir baixar arquivos grandes, entender códigos pouco intuitivos, cruzar bases que não conversam entre si e, muitas vezes, saber programar.

Para quem lida com esses dados todos os dias, o caminho fica conhecido. Para quem está fora, não. Um cidadão, uma conselheira de saúde ou um gestor que não trabalhe com dados pode encontrar a informação disponível e, ainda assim, não conseguir transformá-la em resposta.

Não à toa, no índice da OCDE, o pilar mais baixo do Brasil é o de apoio à reutilização dos dados. Publicar avançou mais rápido do que fazer o dado ser efetivamente usado.

É aí que aparece um novo desafio para a transparência. Abrir os dados continua fundamental, mas talvez já não baste. É preciso reduzir a distância entre o dado publicado e a pergunta do cidadão.

E se fosse possível apenas perguntar?

É nessa distância que uma nova geração de ferramentas pode ajudar.

Hoje já é possível transformar uma pergunta em linguagem comum em uma consulta a uma base de dados. Em vez de procurar arquivos, descobrir qual tabela usar ou escrever código, a pessoa pode simplesmente perguntar: “Quanto meu município gastou com medicamentos nos últimos anos?” O sistema interpreta a pergunta, consulta os dados e apresenta o resultado.

Isso já começa a acontecer no setor público brasileiro. Em 2026, o Tesouro Nacional lançou o Siconfi.IA, que permite fazer perguntas em linguagem natural sobre os dados

contábeis e fiscais da União, dos estados e dos municípios, além de ajudar na compreensão de conceitos e normas.

Pode parecer apenas uma nova forma de consultar uma base, mas a mudança é maior: reduz a barreira entre quem tem uma pergunta e quem consegue chegar à resposta.

As ferramentas para avançar já existem. A ciência de dados permite organizar grandes volumes de informação, relacionar bases e criar novas formas de consulta. Mais recentemente, a inteligência artificial acrescentou outra possibilidade: fazer essa interação em linguagem comum, sem exigir que o usuário conheça a estrutura dos dados ou saiba programar.

Isso não significa que todos os órgãos estejam no mesmo ponto. Para alguns, o desafio ainda é preparar melhor seus dados para novas formas de uso. Outros já têm condições de avançar para ferramentas que permitam ao cidadão conversar com os dados.

O que precisa acontecer por trás

Quanto mais simples fica a experiência de quem pergunta, mais importante se torna o trabalho por trás da resposta.

Uma base pública pode ter centenas de campos. E uma palavra aparentemente simples, como “valor”, pode significar coisas diferentes: valor estimado, contratado ou pago. Estudos recentes sobre essas ferramentas mostram que um dos principais desafios é identificar qual informação realmente responde à pergunta. Não basta consultar os dados; é preciso entender o que eles significam.

Por isso, facilitar a consulta exige documentar o significado das informações, registrar regras e mudanças ao longo do tempo e aproximar quem trabalha com tecnologia de quem conhece os dados no dia a dia. Esse conhecimento costuma estar nas próprias equipes, com quem sabe por que dois números aparentemente iguais não batem ou que regra mudou em determinado período. Transformá-lo em documentação também é inovação.

E a resposta precisa ser auditável. Quem recebe um número deve saber de onde ele veio e quando os dados foram atualizados. Mostrar o caminho da resposta é o que separa uma informação confiável de um número solto.

Nem tudo precisa ser respondido

Facilitar consultas e cruzamentos também exige cuidado. Nem todo dado que pode ser combinado deve ser combinado. Informações que isoladamente não identificam ninguém podem revelar uma pessoa quando reunidas com outras, sobretudo em áreas como saúde ou em municípios pequenos.

Uma boa ferramenta não é a que responde a qualquer pergunta, mas a que reconhece quando há informação suficiente para responder com segurança e permite verificar de onde veio a resposta.

Para fechar

A Lei de Acesso à Informação mudou o que o Estado torna público. A política de dados abertos ampliou a quantidade de informação disponível. O próximo passo é mudar o que o cidadão consegue perguntar e entender.

Imagino um futuro em que diferentes bases públicas possam ser consultadas de forma integrada e qualquer pessoa consiga fazer perguntas em linguagem comum. Em que alguém pergunte “quanto minha cidade investiu em saúde no último ano?” e receba uma resposta clara, com a fonte dos dados, a data de atualização e a possibilidade de conferir como aquele resultado foi obtido.

Chegar a esse ponto não depende apenas de tecnologia. Será preciso combinar ferramentas, organizar dados, envolver as equipes e definir regras claras para que as respostas sejam úteis, confiáveis e seguras.

Dado aberto que só especialista consegue consultar é transparência pela metade. Fazer com que qualquer pessoa consiga transformar uma pergunta em informação que possa compreender e conferir é, para mim, a próxima fronteira da transparência.

Leitura complementar

Shi, L., Tang, Z., Zhang, N., Zhang, X., & Yang, Z. (2025). A Survey on Employing Large Language Models for Text-to-SQL Tasks. *ACM Computing Surveys*, 58(2), Artigo 54, 1–37.. <https://doi.org/10.1145/3737873>.

Ali, M., Maratsi, M. I., Lachana, Z., Charalabidis, Y., Alexopoulos, C., & Loukis, E. (2026). Talk to Open Data: Enabling User Interaction with Open Government Data Using LLMs, RAG and Smart Agent Technologies. In P. Rupino da Cunha & M. Themistocleous (Eds.), *Information Systems. EMCIS 2025*. Lecture Notes in Business Information Processing, vol. 573 (pp. 15–31). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-032-18487-0_2.